

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E  
RESISTÊNCIA NA REPRODUÇÃO DA  
VIDA DE JOVENS CAMPONESES EM  
ANAGÉ-BA**

*LABOR, EDUCATION AND  
RESISTANCE IN REPRODUCTION  
OF LIFE OF YOUNG PEASANTS IN  
ANAGÉ-BA*

*TRABAJO, EDUCACIÓN Y  
RESISTENCIA EN  
REPRODUCCIÓN DE LA VIDA DE  
JÓVENES CAMPESINOS EN  
ANAGÉ-BA*

**GUILHERME MATOS DE OLIVEIRA**  
Universidade Estadual do Sudoeste da  
Bahia (UESB)  
E-mail: ggui995@gmail.com

**Resumo:**

Este artigo tem o objetivo de elucidar a reprodução da vida, do trabalho, da formação educacional e da resistência na trajetória de jovens camponeses do município de Anagé-BA envolvidos à produção social contraditória do espaço agrário. Para tanto, nos respaldamos metodologicamente em reflexões teóricas e na análise da realidade em questão – propiciada através de diálogos com nossos estudantes – no intento de compreendermos o cotidiano da juventude camponesa anageense, marcada por realizações e dificuldades concretas na processualidade de suas vidas; ao passo que este estudo fomenta a realização de novos debates e ações na perspectiva de superação das desigualdades provocadas pelo sistema capitalista e expressas na realidade destes jovens do campo para que os mesmos, em confluência com toda a sociedade, possam atingir a emancipação humana e uma outra forma de sociabilidade.

**Palavras-chave:** Anagé, Educação, Espaço agrário, Jovens camponeses, Trabalho.

**Abstract:**

This article aims to elucidate the reproduction of life, of labor, of educational formation and resistance in the trajectory of young peasants in the municipality of Anagé-BA involved in the contradictory social production of the agrarian space. To this, we rely methodologically on theoretical reflections and an analysis of the reality in question – propitiated through dialogues with our students – in an attempt to understand the daily life of the anageense peasant youth, marked by real achievements and concrete difficulties in the process of their lives; whereas this study encourages the realization of new debates and actions in order to overcome the inequalities caused by the capitalist system and expressed in the reality of these young peasants so that they, in confluence with the whole of society, can achieve human emancipation and another form of sociability.

**Keywords:** Anagé, Education, Agrarian space, Young peasants, Labor.

**Resumen:**

Este artículo tiene el objetivo dilucidar la reproducción de la vida, el trabajo, de la formación educativa y de resistencia en la trayectoria de los jóvenes campesinos del municipio de Anagé-BA involucrados en la producción social contradictoria del espacio agrario. Para ello, nos apoyamos metodológicamente en reflexiones teóricas y un análisis de la realidad en cuestión – proporcionada a través de diálogos con nuestros estudiantes – en un intento de comprender la vida cotidiana de la juventud campesina anageense, resaltada por logros reales y dificultades concretas en el proceso de sus vidas; al paso que este estudio fomenta la realización de nuevos debates y acciones con miras a superar las desigualdades provocadas por el sistema capitalista y expresadas en la realidad de estos jóvenes del campo para que, en confluencia con toda la sociedad, logren la emancipación humana y otra forma de sociabilidad.

**Palabras-clave:** Anagé, Educación, Espacio agrario, Jóvenes campesinos, Trabajo.

## Introdução

Ao buscarmos compreender as transformações que se estabelecem no campo brasileiro, e que estão inseridas dialeticamente na produção do espaço geográfico, consideramos que a juventude camponesa compõe este processo de modo efetivo no estabelecimento de uma classe social que, ao mesmo tempo a ser subordinada aos ditames da ordem capitalista, se opõe ao projeto de desrealização das condições de reprodução da vida na terra de trabalho, fomentado pelo modo de produção hodierno, seja por meio da resistência e/ou da luta.

É válido sinalizar que esta realidade – ao ser marcada por cada vez mais dificuldades concretas enfrentadas pelos sujeitos do campo na sua totalidade, seja no que diz respeito a questões históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais etc. – repercute de maneira imediata na realização humana das novas gerações que vão configurando as trincheiras agrárias, à medida que, conforme Santos (2006) o espaço não é processualizado de forma homogênea, e acrescido a isso, entendemos que o espaço camponês constitui-se entre os conflitos e contradições inerentes, como aponta Lefebvre (1976), à reprodução das relações sociais de produção no capitalismo.

Partindo desse entendimento, o presente artigo tem o objetivo de elucidar a reprodução social da vida, do trabalho, da formação educacional e da resistência de jovens camponeses do município de Anagé-BA no movimento da produção desigual do espaço agrário. Para tanto, recorreremos metodologicamente

num primeiro momento, a uma discussão teórica de autores que tratam sobre a temática em questão, contanto com as contribuições de Marx (1996), Conceição (2007), Dayrell (2003), dentre outros autores; e num segundo momento sistematizamos breves escritos sobre o cotidiano de reprodução da vida de jovens camponeses anageenses – obtidos através de diálogos com alguns deles enquanto nossos estudantes – no que tange a relação destes sujeitos com o trabalho, com a educação, e com a dimensão da resistência social frente ao sistema do capital para a manutenção da vida no campo.

### **Alguns escritos sobre trabalho, educação, juventude e resistência no movimento contraditório da realidade camponesa**

A realidade agrária brasileira, no seu movimento histórico e social, vem sendo configurada mediante as determinações do modo de produção capitalista tanto sob o fundamento da propriedade privada da terra para a extração da renda e do lucro quanto nos desdobramentos desse processo entre capital *versus* trabalho, gerando contradições como expropriação, violência, e provocando disputas territoriais de classes antagônicas com interesses distintos em relação ao campo, sendo que, conforme Martins (1998) as classes dominantes o concebem enquanto terra de negócio e a classe camponesa terra de trabalho para a reprodução da vida.

No caráter da crise estrutural do sistema capitalista, essa realidade se amplia e se acirra em nosso país, posto que

segundo Oliveira (1994) no centro do desenvolvimento capitalista no campo, a luta de classes se materializa enquanto unidade na diversidade de suas determinações.

Tem-se tornado perceptível a agudização dessa realidade dialética e crítica do modo de produção hegemônico na ocorrência, dentre outras particularidades, dos processos de desindustrialização/reprimarização da economia, que retoma à acumulação primitiva do capital sob a égide do agronegócio, que tem como base a exploração predatória, a degradação da natureza e dos sujeitos sociais do campo para a satisfação dos seus interesses, e que conta com o Estado para atender prontamente suas imposições. Diante disso, os sujeitos do campo passam por cada vez mais dilemas na manutenção de sua existência, situação esta que vai repercutindo de maneira nevrálgica na vida das novas gerações camponesas.

Portanto, na leitura da totalidade, nos ancoramos em importantes reflexões que nos fornecem elementos para entendermos como este processo tem se estabelecido no real concreto do campo brasileiro. Nesse seguimento trataremos, à luz do debate teórico, questões como trabalho, educação e as expressões de resistência que perpassam o cotidiano social da juventude camponesa.

Em uma perspectiva ontológica, o trabalho é um elemento essencial da condição do ser social, visto que, com base em Marx (1996) ele se processualiza numa relação metabólica entre o homem e a natureza à medida que o sujeito, nessa mediação, exerce sua força natural, ao passo que:

[...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 1996, p. 297).

Para Lessa (2012) o trabalho é uma categoria social, existindo enquanto partícipe de um amplo conjunto de sociabilidades. Nessa mediação dos homens com a natureza, torna-se vital a relação entre os sujeitos sociais, sendo que para além do ato de trabalho, a vida em sociedade é composta pela amplitude de ações voltadas ao atendimento das demandas que emergem do desenvolvimento relacional dos homens entre si.

No entanto, a negação da centralidade ontológica do trabalho se expressa na perda do metabolismo imediato entre os sujeitos e a natureza fomentado pelo sistema do capital que impõe aos trabalhadores, uma vez na condição de expropriados, a venderem aquilo que lhes resta: a sua força de trabalho “livre” sob a forma do assalariamento, da informalidade, dentre outras expressões atuais de precarização do trabalho, ao passo que a apropriação do seu excedente, na forma do lucro, é advinda da produção da mercadoria, posto que:

Aqui já se observa uma condição antagônica à universalidade abstrata e ontológica do trabalho. A dimensão da valorização do trabalho é a própria dimensão do processo de trabalho tomado pela sua capacidade de se materializar apenas quantitativamente em mercadorias, em riqueza social especificamente capitalista. (MENEZES, 2020, p. 29).

Tal percurso, segundo Harvey (2005) é fomentado espacialmente pelo deslocamento e presença das formas de acumulação capitalista nos mais distintos rincões do mundo, que igualmente submete os sujeitos sociais a um constante movimento mundializado e exarcebado da produção de trabalho excedente capturado enquanto capital. Diante da materialização geográfica das contradições capitalistas somos provocados à “[...] elaboração de um discurso e um pensamento geográfico crítico e de superação da realidade societal” (SANTOS e SOUZA, 2017, p. 30).

Consonante a isso, Carlos (2015, p. 52) pondera que é por meio das relações sociais – seja na sua totalidade ou nas suas especificidades, quando o homem contacta o mundo produzido e constitui ali suas intervenções, sua consciência e seu ser – o espaço torna-se social, e seus sujeitos angariam um modo de pensar e de constituírem necessários conhecimentos que transformem, na sua essência, aquilo que está posto no aparente.

Podemos exemplificar esta afirmação quando se era – ou ainda seja – feita uma leitura simplificada sobre o campo enquanto sinônimo de sertão, seja significado por uma delimitação segregada e oposta daquilo que é moderno, sofisticado, da “civilização” que se encontra no contexto da cidade; ou vinculado a um cenário “exótico”: seco e inóspito, com falta de chuvas, d’água, de vegetação, com animais mortos etc. Essa ideia, imposta pelas classes dominantes e propagada no

senso comum é passível de contestação pelo pensamento crítico, pois:

[...] o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. (MORAES, 2003, p. 2).

Ao se desconsiderar a unidade desigual dos processos sociais estabelecidos historicamente no espaço agrário, que na sua essência foram marcados pela agressividade da expropriação, da pobreza e da miséria na exploração de uma classe sobre a outra, como também “[...] pelos processos de privatização, mercantilização e urbanização que introduz o capitalismo nas sociedades camponesas” (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 23), muitos analisam o campo sob o signo aparente da fragmentação, posto que o processo de investidas mercantis sobre os territórios camponeses pelo avanço do sistema capitalista garantiu com que outros discursos fossem sendo difundidos socialmente, como o da modernização do campo.

Conceição (2007) assevera que este discurso, ao reforçar a monopolização e territorialização do capital, amplia a expulsão dos camponeses das suas unidades produtivas familiares, permitindo conseqüentemente a subsunção do trabalho ao capital, e ao mesmo tempo o Estado, ente desse



sistema, dissemina e favorece o processo de mobilidade do trabalho.

Em consonância a isso, Hobsbawn (1991) arremata que os trabalhadores, ao vagarem pelo mundo, saem do campo e se dirigem às periferias das cidades, deslocando-se de uma região para outra em busca de se assalariarem. Sem uma pátria definitiva, sem um lugar fixo, possuem a mobilidade como elemento de sobrevivência.

Os jovens camponeses, arraigados a estes dilemas que provocam modificações profundas no tempo e no espaço agrário, foram sendo considerados pelos estudos científicos a partir da década de 1990, e pensados enquanto sujeitos sociais e históricos portadores de intensas transformações na trajetória de suas vidas, sendo que é preciso considerar o jovem do campo, suas conquistas, derrotas e expectativas na gama das pesquisas e análises educacionais, sociais, históricas e geográficas (MENEZES, 2014, p. 133).

Refletir sobre a juventude – e mais especificamente sob o ponto de vista camponês – implica, mediante as colocações de Dayrell (2003) considerá-la enquanto particularidade e diversidade de uma realidade mais totalizante, que recebe contornos singulares no conjunto das experiências vividas pelos seus sujeitos imersos num contexto social (nesse caso, do campo). Dessa forma, o jovem não pode ser entendido simplesmente como uma etapa etária do conjunto populacional com uma finalidade determinada, ou a um momento preparatório à fase adulta, haja vista que a juventude é:

[...] parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e [...] das trocas que este proporciona. (DAYRELL, 2003, p. 42).

Uma das expressões de reprodução dos jovens do campo se estabelece na relação entre trabalho e educação. Vendramini (2017) destaca que essa situação, por vezes, é atravessada por aquilo que discutimos anteriormente: a mobilidade do trabalho – pela garantia da própria sobrevivência ou para ajudar seus familiares – e para além desta nas dificuldades sofridas pela juventude quando não consegue conciliar suas tarefas cotidianas. Segundo a autora, para muitos jovens, suas demandas de trabalho acabam se sobrepondo às relativas aos seus estudos, sendo essa problemática mais complexa quando ocorrem interrupções na trajetória escolar desses jovens, que conseqüentemente levam a dificuldades de aprendizagem ou até o ponto do abandonar o espaço escolar, à medida que a eminência desta realidade:

[...] coloca os jovens do campo em um dilema constante e permanente, pois a vontade de permanecer choca-se com a necessidade da saída do campo, pois a reprodução social bate as suas portas, consolidando um movimento contraditório de busca, construção e desconstrução e resistência de jovens

camponeses e camponesas. (BENINI e FELICIANO, 2016, p. 224).

Sob um ponto de vista mais geral a respeito do atrelamento entre trabalho e escolarização, Saviani (2007) entende que:

[...] a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino [...] comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade. (SAVIANI, 2007, p. 159).

Marcados pelo antagonismo das classes sociais, os jovens do campo enfrentam os limites de trabalharem e estudarem em meio a um mundo desigual e em crise. Neste interim, “não pode haver uma solução efetiva [...] do trabalho sem que se promova, conscienciosamente, a universalização conjunta do trabalho e da educação” (MÉSZÁROS, 2008, p. 67).

Libâneo (2006) coloca que essa relação pode ser associada a outras dimensões da vida juvenil, como a cultura desses sujeitos e seus movimentos sociais. Segundo o autor, suas dinâmicas vão definindo os conhecimentos, representatividades, comportamentos, expectativas,

protagonismos, ações e resistências que vão sendo compartilhadas entre os jovens, e que orientam suas relações com os demais entes da sociedade.

Vale ressaltar, conforme Silva (2018), que a atuação dos jovens nos movimentos sociais faz parte da história do nosso país, a exemplo do ocorrido em meados do século XIX no movimento abolicionista, realidade esta que nos aponta a contribuição da juventude na tessitura social do território brasileiro, visto que no percorrer do tempo inúmeras lutas foram travadas e desencadearam novas relações sociais, realizações coletivas em diferentes setores da sociedade, retrocessos em outros tantos etc. Posto isso, a juventude camponesa contemporânea deve levar em consideração, na trilha pela sua emancipação, que:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada pela sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “conivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associado a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 1987, p. 29).

Partindo desse encaminhamento teórico/prático delineamos, em seguida, a materialização das singularidades da reprodução social de jovens do campo circunscritos em recantos do estado da Bahia, e que são permeadas cotidianamente pelos seus modos próprios de vida, de trabalho

– tanto na terra agrícola ou distante desta – nos seus percursos formativos, seja em âmbito escolar ou político, na constituição das suas dificuldades e dos seus movimentos de resistência – territorializados no real concreto – ao buscarem seguir na contramão das contradições produzidas no modo de produção capitalista pela manutenção social do campesinato ora evidenciado.

### **Um olhar sobre a reprodução de jovens do campo anageense nas mediações entre trabalho, educação e resistência social**

Pensar a complexidade de questões que versam sobre a realidade camponesa é algo desafiador, uma vez mais quando nos debruçamos a entender esse processo partindo do cotidiano da vida juvenil do campo. Nessa perspectiva, buscamos vislumbrar a trajetória de alguns dos jovens que se reproduzem em variados contextos do espaço agrário de Anagé-BA, sendo que consideramos elementos centrais do cotidiano desses sujeitos o trabalho, a agricultura, as relações familiares e de gênero, a formação escolar, as expectativas futuras no que se refere a formação/atuação profissional, os movimentos sociais, entre outros pontos notáveis a serem tratados na presente análise.

A aproximação com os sujeitos ora evidenciados foi promovida mediante a inserção do primeiro autor do presente texto no espaço escolar noturno do município supracitado, enquanto professor dos Anos Finais do Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos (EJA) entre maio de 2018 e

fevereiro de 2019, oportunidade esta que lhe permitiu um contato mais próximo com os jovens camponeses locais; e sob algumas iniciativas deste por meio de diálogos e entrevistas, tanto em sala de aula quanto em outros ambientes da própria escola (pátio, refeitório, sala de leitura etc.), foi possível conhecermos alguns aspectos importantes da realidade destes jovens – sendo este um momento salutar para auxiliá-lo em suas ações de ensino em sala de aula de forma contextualizada – e que perfazem, socialmente, o dia-a-dia do campo anageense.

Esse contato foi realizado com treze estudantes, sendo estes compostos por sete mulheres e seis homens com idades entre dezessete e vinte e oito anos. Sendo oriundos de várias comunidades rurais, entre elas Lagoa da Torta, Tabuleiro, Gameleira, Pombos, Jardim II, Poços, Bom Sucesso, Capinado, Vaquetal, Santo Antônio das Flores, entre outras, estes sujeitos nos fazem observar e refletir sobre variados processos sociais em que estão integrados na produção de seus espaços de vida, de trabalho, de formação escolar e social.

Cabe aqui pontuar que as famílias destes jovens agregam de duas a dez pessoas, aproximadamente, e são compostas por pais biológicos ou pelos que chamam de “pais de criação”, por avós, irmãos, primos, tios etc. ao passo que se articulam socialmente tanto nos afazeres domésticos, no trabalho com a terra, quanto fora dela, seja de maneira autônoma, para outras pessoas e/ou outras instituições, a exemplo das empregadas domésticas, diaristas, funcionários públicos, comerciantes, aposentados, pensionistas, dentre

outros que permitem uma circulação mínima de renda entre os sujeitos dos seus lares e em suas comunidades.

Podemos observar também que esta realidade vem sendo configurada por diversas estratégias de resistência para a manutenção dos camponeses em seus territórios mediante a atuação dos mesmos em suas comunidades, em associações locais, sindicatos rurais, movimentos sociais, dentre outras organizações de luta pela terra e pelo trabalho no campo, que visam atingir as condições objetivas de reprodução social do campesinato em âmbito municipal.

Enquanto pertencentes a esses processos, os jovens camponeses aos quais foi-se estabelecido o diálogo apontam, cada qual ao seu modo, que na esteira de suas vidas são marcados por satisfações pessoais e coletivas, a exemplo de quando constituem novas famílias e as ampliam com seus filhos, na realização pela aquisição de um instrumento de trabalho, no acesso a meios de transporte e de comunicação – e de interagirem com outras pessoas principalmente pelas redes sociais por meio de celulares – na construção da moradia própria com seus parentes mais próximos, ao colherem uma diversidade de alimentos oriundos do trabalho agrícola, ao lograrem êxito em aprovações escolares, na convivência com as demais pessoas da comunidade e no apoio mútuo entre ambos, na transmissão de valores e tradições culturais de uma geração para a outra, dentre outras situações que asseguram, minimamente, a realização dos modos de vida e de trabalho

socialmente produzidos no campo, aos quais a juventude camponesa em questão faz parte.

É preciso pontuar que estas realizações ainda são raras quando consideramos a totalidade contraditória das relações sociais camponesas deste espaço, ao passo que sua juventude tem enfrentado inúmeros e intensos problemas enquanto “labutas” na processualidade de suas vidas seja quando, pela precarização das condições materiais (pobreza, fome, expropriação etc.) estabelecidas pela sociabilidade antagônica de classes que atravessa também o espaço agrário, muitos deles são obrigados, por exemplo, a perpassarem pelo processo de mobilidade do trabalho, ao migrarem do campo para a cidade e venderem sua força laboral para sobreviverem – se reproduzindo na periferia urbana mas mantendo, ao mesmo tempo, a condição histórica de camponeses – seja na falta de outras tantos recursos e demandas, como de água, energia, insumos orgânicos para a produção na terra, bem como de não receberem apoio e incentivo do poder público – posto que o Estado sempre está pronto para atender as classes dominantes agrárias e a lógica neoliberal promovendo, dentre outras tragédias, o fechamento de escolas do campo – e na perda afunilada de costumes históricos, a exemplo das festas juninas, ternos de reis etc. que também são expressões de resistência camponesa contra o processo expropriatório impulsionado pelo sistema capitalista, dentre outras tantas situações adversas estabelecidas no campo.



Tomando como horizonte a leitura sobre as desigualdades dessa realidade que se objetiva concretamente, trazemos as minúcias desses processos ao contarmos com os depoimentos dos jovens camponeses, que aqui são revelados ao mesmo tempo enquanto estudantes.

No que se refere a dimensão do trabalho, alguns dos jovens camponeses com quem dialogamos apontam que no campo ele pode acontecer em diferentes situações, seja na relação mais imediata deles com a natureza por meio do trabalho na lavoura com a plantação e a colheita ou na criação de animais para o consumo familiar/comunal – e na venda do excedente produzido seja aos vizinhos ou na feira livre dos sábados na cidade – seja ainda ajudando com a limpeza dos cômodos de casa, na preparação dos alimentos para as refeições, na higienização de utensílios, roupas, entre outras demandas. Por outro lado, percebemos por meio das suas falas que o trabalho camponês não pode ser observado de forma contemplativa – como muitos fazem na leitura sobre este espaço sertanejo do semiárido enquanto algo idílico, bucólico – uma vez que ele passa por dificuldades concretas seja no que se refere a questões estruturais e/ou conjunturais.

Sobre as questões estruturais, os jovens camponeses anageenses colocam que mesmo em casa ou no trato com a terra, o trabalho por vezes é pesado e extenuante – uma evidência da produtividade do trabalho que também acontece no campo – como elucidada um desses jovens: “não que seja ruim ser agricultor, mais tem vez que é puxado demais” (informação

verbal, janeiro de 2019). Estes sujeitos destacam também os percalços que enfrentam quando falta recursos básicos, como água, alimentos, instrumentos para a produção na terra, banheiros em casa, muitas vezes pela escassez em disporem de recursos financeiros que viabilizem o atendimento de suas necessidades.

Diante dos muitos problemas que enfrentam cotidianamente, alguns destes jovens – dentre outros tantos deste município – se dirigem do campo para os espaços urbanos, como à própria cidade de Anagé, para cidades próximas como Vitória da Conquista ou aquelas mais distantes como São Paulo e Rio de Janeiro. Lá são assalariados como ajudante de pedreiro, babá, cuidadores de idosos, atendentes de loja, repositores de mercadoria em estabelecimentos comerciais etc. ou trabalhando por comissão, e até mesmo partindo para a informalidade na intenção de ajudarem seus pais e/ou responsáveis com as despesas de casa ou a eles próprios com os seus gastos mensais. Todavia, muitos destes jovens pontuam que recebem baixas remunerações pelo seu trabalho, que variam entre trezentos reais a um salário mínimo, e que a depender da situação financeira que passam, suas despesas e endividamentos podem se multiplicar.

Na observância desses processos uma jovem camponesa, dentre os estudantes aos quais foram mantidos contatos, migrou-se para a cidade de São Paulo. Em diálogo com a mesma, estivemos por dentro das suas angústias e das suas

expectativas na tentativa de alcançar melhores condições de vida para si:

Tô me mudando pra São Paulo professor, e aí queria ajeitar minhas coisas aqui contigo para finalizar meus estudos esse ano. Vou indo tentar a vida meu querido, consegui um serviço por lá e não posso ficar parada, pois as conta chega né. Se eu pudesse permanecia aqui na roça, aqui pra mim é bom, sossegado, mas infelizmente não tô conseguindo trabalho e preciso muito. (Informação verbal, novembro de 2018).

Outros desses jovens camponeses por meio da mobilidade vendem anualmente, junto com outras pessoas de sua comunidade ou dos povoados vizinhos, sua força de trabalho na colheita do café<sup>1</sup> nas fazendas do agronegócio nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, saindo de suas comunidades para trabalharem nessas fazendas entre aproximadamente quatro e cinco meses, ajuntando quantias para se manterem durante todo o ano, para ajudarem seus familiares em casa, adquirirem um transporte (na maioria motocicletas), roupas, calçados, ou utilizarem seu dinheiro com despesas que venham surgir durante o período em que não se encontram condicionados a serem móveis, ao tempo em que:

Sem registro formal os jovens sujeitam-se a baixos salários e estão disponíveis aos

---

<sup>1</sup> Destaca-se que diante da tecnificação dos instrumentos produtivos do agronegócio para a garantia da extração de renda e lucro, a produção e a produtividade do trabalho se tornam inevitáveis, fazendo com que aconteça uma diminuição dos postos de trabalho a estes camponeses, bem como o rebaixamento dos seus salários e a degradação cada vez maior de suas vidas.

interesses do lucro. Tornam-se inclusos para serem excluídos do mundo do trabalho. A perda dos direitos trabalhistas e o crescente desemprego favorecem a desrealização do ser na condição de sujeitos asujeitados ao capital, aceitando qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário, submetendo-se à racionalidade do capital e à lógica do mercado. Na situação de itinerantes tornam-se andarilhos, indo onde tem trabalho e retornando para o campo quando acaba. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 95).

No que tange as questões conjunturais, observamos pelos fatos vividos e apontados pelos jovens camponeses que várias situações conflitantes como a violência, o machismo, o preconceito, uso e circulação exacerbada de drogas ilícitas, furtos, abuso sexual, dentre outros graves problemas que são uma realidade, não somente nos espaços da cidade, pois também perpassam por entre os espaços camponeses, cabendo ressaltar que este contexto muitas vezes não é tão explícito como o cotidiano do urbano, mas que por vezes vem a se reproduzir da mesma forma no campo.

Uma dessas difíceis situações se estabelecem em alguns lares desses jovens, onde os “chefes” de família ainda controlam suas companheiras ao estarem subordinadas as suas vontades e imposições patriarcais e machistas. Davis (2016) assevera que na divisão sexual do trabalho, o homem historicamente enxerga a mulher como sua primeira propriedade, e a priva de sua liberdade social quando a ameaça, a submete aos seus caprichos, seu orgulho, seu comportamento tóxico, realidade esta que infelizmente vem permitindo com que casos violentos

contra a mulher ainda ocorram diariamente no mundo e, de igual modo, no espaço agrário.

Os jovens camponeses deste diálogo entendem<sup>2</sup>, na sua maioria, que conforme as desigualdades vão se perpetuando e se tornando enraizadas na realidade concreta, mais difícil se torna superá-las. Diante desse cenário perverso, muitos deles defendem que é preciso combatê-lo com novas maneiras de viver em sociedade, pautadas pela unidade do respeito à diversidade e as diferenças de gênero, de cor, de orientação sexual, entre outras anseios; do mesmo modo com a busca pela equidade no acesso à terra, aos instrumentos produtivos, a garantia de um trabalho que não venha a comprometer sua saúde, entre outras demandas necessárias, à medida que estes sujeitos entendem a dimensão educacional enquanto uma alternativa concreta de transformação do contexto caótico que vivem na atualidade.

Sobre a educação e seus estudos, os jovens camponeses em questão elucidam que mesmo enfrentando os percalços do dia-a-dia, buscam a escola para um diferencial em suas vidas, seja no que se refere a agregarem conhecimento e o vincularem ao cotidiano do trabalho produzido no campo, ao avançarem de um nível a outro de ensino, possibilitando-os a galgarem uma formação em nível superior, e pelo fato de ser possível atingir

---

<sup>2</sup> Mesmo que poucos destes jovens, direta ou indiretamente, diante de um pensamento conservador, retrógrado e de ódio que se impõe de maneira estrutural nos entremeios das relações sociais de classe no campo acabam por ainda defenderem, por exemplo, uma pessoa ser “objeto” explorado para o uso de outra, seja no contexto de trabalho, nos relacionamentos afetivos etc.

um determinado patamar de formação escolar compreendem que podem, na mesma proporção, amadurecer suas intenções profissionais.

Estas pretensões são alvo de exceções entre eles, uma vez que alguns destes jovens do campo frequentam a escola na intenção de terminarem o quanto antes seus estudos, e pretendem cursar até o ensino médio para se inserirem mais rapidamente no mercado de trabalho, algo que muitas vezes não acontece como esperam.

Dentre estes jovens camponeses que se encontravam na mobilidade do trabalho temporário, os percursos escolares foram mais difíceis de serem completados, pois ao interromperem por um tempo seus estudos e tentarem recuperá-los nos últimos meses do ano com o seu retorno à escola acabou comprometendo a aprendizagem dos mesmos, visto que poucos conseguiram finalizar seu período letivo.

Nesta conjuntura, suas expectativas em âmbito escolar vão de encontro a suas vidas cada vez mais imersas na problemática da precarização do trabalho em sua forma desumanizada provocada pela exploração do sistema econômico vigente. Todavia, o propósito de resistência social pela via educacional não foge das intencionalidades desses jovens camponeses, sendo o deslocamento destes sujeitos de casa para a escola – num extenso percurso que alguns deles fazem de ônibus por até cinquenta quilômetros em estradas de terra – um exemplo concreto do esforço traçado em suas vidas,

haja vista que, mediante a fala de uma jovem estudante camponesa:

É complicado e cansativo, por exemplo, enfrenta a estrada de chão de segunda a sexta, mas sabendo que queremos um futuro melhor pra gente, vamos trilhando essa ‘caminhada’ pra escola. Temos bastante dificuldades, pois alguns de nós aqui já são mães e pais de família e tem responsabilidade não só com as tarefa da escola, mais de também cuidar de nossos filhos, de levar o pão de cada dia pra casa, de ter os problema coletivo do nosso povoado [...] mais adiante, no fim do túneo, vejo que um dia vamos vencer, e reconheço que os estudos contribui muito pra chegarmos lá. (Informação verbal, janeiro de 2019).

Ao seguirem na busca por uma outra sociedade, alguns destes jovens estão ainda, mesmo diante do contexto de criminalização e resfriamento da luta camponesa, fincados nas trincheiras da resistência pela permanência na terra e pela reprodução do trabalho camponês juntamente com seus familiares e demais pessoas da comunidade articulados nos movimentos sociais.

Oliveira, Sampaio e Alencar (2013, p. 124) ressaltam que os jovens do campo precisam ocupar estes espaços, tanto de formação escolar quanto política para contribuírem ativamente com as mobilizações de luta camponesa haja vista que, conforme os autores, este processo se estabelece com embasamentos científicos, políticos, sociais e culturais, mediados tanto por especialistas quanto pelos demais integrantes dos movimentos do campo.

Coadunados a este direcionamento, entre os jovens camponeses que dialogaram conosco uns salientaram que participam das discussões e ações promovidas pelas associações dos povoados em que residem, contando com o apoio de organizações sociais a exemplo do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), e ao comporem, entre outros, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Colocam que encontram nessas mobilizações a busca por melhorias para eles e aos demais sujeitos do campo seja na produção agrícola contextualizada com o semiárido, na segurança e soberania alimentar, na geração de renda familiar e comunitária, e a relevância de se organizarem politicamente e traçarem estratégias frente as determinações exploratórias e expropriatórias do atual modo de produção nos seus territórios.

### **Considerações finais**

As reflexões levantadas e tensionadas ao longo deste artigo nos permitem enxergar a produção contraditória dos espaços camponeses diante do caráter crítico das formas contemporâneas de sociabilidade que vão sendo paulatinamente sucumbidas, de maneira reificante e alienada, pelas imposições do sistema capitalista, tendo no poder das classes dominantes a sua materialização perversa para a extração do valor, à medida em que no atendimento dos seus objetivos, de forma ideológica e/ou repressiva atenta contra os



sujeitos que tem o campo como *locus* de reprodução da vida e do trabalho.

Buscamos, de modo panorâmico, desvelar as particularidades desse processo partindo da realidade de jovens camponeses do município de Anagé, que têm na trajetória de suas vidas vínculos com a unidade dialética das relações sociais, e se reproduzem – ainda que com dificuldades – por meio do cotidiano do trabalho, da educação e da resistência, sendo que alguns deles, indo de encontro à configuração desigual do atual sistema capitalista, se organizam – mesmo diante dos dilemas cada vez maiores de realização da luta pela terra – nos movimentos sociais camponeses no fomento pela perpetuação histórica e social das suas trincheiras territoriais.

Destarte, torna-se plausível avançarmos a respeito das variadas situações que se estabelecem no campo e na totalidade das relações sociais mundializadas, confluenciando ideias, escritos e ações concretas no intento de sistematizarmos, sob a inspiração da força e vitalidade da juventude, uma realidade que não seja tão desigual, degradante e desumana quanto a que está posta no presente. Nisso, não podemos perder de vista o questionamento e a superação do atual sistema de produção para atingirmos em plenitude a emancipação humana e uma outra forma de sociabilidade.

## **Referências**

BENINI, Luciano; FELICIANO, Carlos Alberto. Entre o campo e a cidade: reflexões sobre o espaço da juventude camponesa. *Pegada*, Presidente Prudente, v. 17, n. 2, p. 208-225, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. *Okara: Geografia em debate*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 77-100, 2007.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. 3ª ed. Tradução: Ênio Guterres; Horácio Martins de Carvalho. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular; Brasília: Via Campesina do Brasil, 2005.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos Homens: Trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIBÂNIO, José Carlos. Cultura jovem, mídias e escola: o que muda no trabalho dos professores? *Educativa*, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 25-46, 2006.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, v. 1, t. 1, 1996.

MENEZES, Priscylla Karoline de. *Ser jovem, ser estudante, ser do campo: a concepção de rural e urbano para jovens estudantes de escolas públicas das cidades de Goiânia e Trindade*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014. 144 p.

MENEZES, Sócrates Oliveira. A dialética do trabalho e a autocrítica geográfica. In: SOUZA, S. T.; SANTOS, J. R. D.; MENEZES, S. O. *Trabalho, mobilidade e produção do espaço na relação campo-cidade*. Vitória da Conquista: Edições UESB, p. 18-38, 2020.

MÉSZÁROS, István. *A Educação para Além do Capital*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, v. 4-5, p. 1-8, 2003.

OLIVEIRA, Alexandra Maria; SAMPAIO, José Levi Furtado; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. Diálogo e compromisso social: um percurso com jovens do campo. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. 26, p. 118-131, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1994.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. Trabalho e História do pensamento geográfico nos meandros da Geografia Crítica. *Geopauta*, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 19-36, 2017.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SILVA, Alcinéia de Souza. Juventudes e movimentos sociais no Brasil: fenômenos de interesse da Geografia escolar. *Élisée*, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 53-69, 2018.

VENDRAMINI, Célia Regina. Jovens migrantes diante do desafio de trabalhar e estudar. *Contrapontos*, Itajaí, v. 17, n. 3, 2017.

Submetido em: 10 de agosto de 2021.

Devolvido para revisão em: 13 de outubro de 2021.

Aprovado em: 9 de fevereiro de 2022.

**Como citar este artigo:**

OLIVEIRA, G. M. Trabalho, educação e resistência na reprodução da vida de jovens camponeses em Anagé-BA. **Terra Livre**, v. 1, n. 56, p. 621-648, Jan.-Jun./2021.